

Reformas: os comensais de sempre

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Pareceria razoável a um desavisado que a ação política de qualquer partido que pretendesse vitórias eleitorais em bases nacionais no Brasil deveria basear-se na defesa substantiva de uma sociedade menos desigual. Na qual seja possível viver sem apartheids de qualquer tipo. Ledo engano. Alguns partidos de coalizão governamental, e também setores do PSDB, demonstram ter compromisso tênue com a redução de desigualdades. Mas o surpreendente é que nem mesmo a ação política dos partidos de oposição esteja baseada nessa plataforma.

A lógica que justificaria a reversão dessa postura da oposição é inexorável. A defesa da concentração dos recursos políticos do governo na defesa da estabilização tem por base o diagnóstico de que o sucesso continuado é condição necessária à sustentação do crescimento. Primeiro passo de uma sequência de políticas que deverá criar condições para a redução de desigualdades de renda, de oportunidades, de direitos civis.

A estabilização pode ser, e tem sido, sustentada com base em políticas que resultam em alguma valorização cambial, taxas de juro altas – por razões internas e também para atrair capital estrangeiro – e, pelo menos no período inicial de implementação do Plano Real, controle de gastos públicos combinado com expressivo aumento de arrecadação. Mas o fôlego destas políticas não é ilimitado. Não haverá estabilização sustentável no longo prazo sem progressos perceptíveis em reformas estruturais que incluem o redimensionamento do setor público, a viabilização do sistema previdenciário sem sangria orçamentária, a abertura da economia, a melhoria da eficácia dos gastos públicos, inclusive na área social.

Entretanto, o cerne da crítica de oposição ao governo redundava em recomendações que, caso implementadas, resultariam na volta à inflação. Isso diz respeito tanto às políticas de curto e médio prazo, quanto às reformas estruturais. A julgar-se por manifestações recentes de políticos de oposição, na sua opinião, no curto prazo seria desejável desvalorizar o real, mesmo que isso resultasse na volta à inflação moderada. A oposição demonstra assim continuar sem programa econômico alternativo ao proposto e implementado pela coalizão governamental desde meados de 1994.

A oposição poderia, entretanto, ser eficaz e inteligente, isto é, fazer o bem a si mesma e ao País, ao levar o governo a aprofundar suas reformas estruturais em benefício da melhor distribuição de recursos públicos e favorecer os pobres. Há espaço político a ganhar, pois as reformas afetam interesses conservadores, extremamente fisiológicos, que fazem parte da base política do governo. Mas a postura de importantes segmentos da oposição não é menos fisiológica. De fato é a fisiologia dentro e fora da coalizão governamental que tem contribuído para diluir as reformas propostas pelo governo, transformando-as em ajustes meramente paliativos.

Nas reformas da Previdência e do funcionalismo público o que se vê é a oposição defendendo regimes de exceção que protegem, em detrimento dos interesses da maioria da população, funcionários públicos, professores universitários, acumulações de cargos e de aposentadorias. Parece que não apenas certos pobres devem ser melhor tratados do que outros, mas que até mesmo que outros segmentos da população devem beneficiar-se de aposentadorias de valor extremamente elevado, pagas com transferências orçamentárias que deslocam gastos que seriam coletivamente mais

aceitáveis. Em um país pobre, onde a renda é distribuída de forma indecentemente desigual, o sistema previdenciário que poderia ser defendido em nome da equidade é o de aplicação universal, dentro dos limites da Previdência que se aplica hoje aos trabalhadores da iniciativa privada, com preservação de “direitos adquiridos” na proporção do tempo de serviço já completado. O resto, ou caberia à previdência privada complementar, ou é assalto aos cofres públicos e, indiretamente, aos pobres.

Também com relação à política comercial, a oposição não age de forma coerente com a defesa dos interesses das camadas de baixa renda. Sempre enfatiza a sustentação de emprego nos setores expostos, pela abertura comercial, à competição externa. Mas proteção reduzida resulta em preços mais baixos e aumento de poder de compra dos pobres. Mesmo no caso da proteção à indústria automotiva a lógica da proteção é perversa do ponto de vista dos pobres. Proteger setores industriais ineficientes envolve o uso de recursos que teriam uso alternativo certamente mais defensável.

Nas intervenções do Banco Central em instituições financeiras as vozes de denúncia da oposição, estridentes quanto aos episódios Econômico e Nacional, tomam-se inaudíveis quando se trata de Banespa. No entanto, o episódio Banespa é o que mais ameaça os interesses populares, pois analisa a vacilação governamental quanto a colocar em ordem as relações financeiras da União com Estados e municípios.

Procura-se um partido de oposição que se alie aos segmentos da coalizão governamental efetivamente alinhados com a social democracia e que defenda coerentemente os interesses populares no Brasil.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.